

CAOS NOS EXAMES NACIONAIS

**RESULTADO DO
DESMANTELAMENTO
DO MECI**

A ironia é evidente: um ministro, alegando modernizar a Educação, acaba por protagonizar um dos processos de exames mais atribulados na História da Educação em Portugal. E, no final, procura convencer o país que todos falharam... exceto quem tinha o dever de garantir que o sistema funcionava!

sumário



Manifestação Nacional de Professores | 16 de maio de 2026

editorial

3

escola
em movimento

5

cidadania

42

breves

53



O rosto de uma política falhada

Fernando Alexandre tornou-se o rosto de uma política educativa que tem conduzido ao progressivo enfraquecimento da Escola Pública. A incapacidade de resolver a falta de professores, o adiamento da revisão do Estatuto da Carreira Docente, a manutenção da precariedade e a desvalorização da profissão são o resultado de opções políticas que estão a comprometer o presente e o futuro da educação.

O caos verificado nos exames nacionais não caiu do céu. É consequência de decisões erradas, de sucessivos alertas ignorados e do enfraquecimento da capacidade de resposta da administração educativa. Perante este cenário, o ministro voltou a recusar assumir responsabilidades, preferindo procurar culpados entre aqueles que todos os dias garantem o funcionamento das escolas.

Quando um governante acumula erros, ignora os problemas e se demite das suas responsabilidades políticas, deixa de reunir condições para continuar em funções. Fernando Alexandre chegou a esse ponto. A sua demissão é hoje uma exigência política, porque a Escola Pública e os seus profissionais merecem um rumo diferente.

Mas a atuação deste ministro não pode ser dissociada de um projeto político mais amplo. O progressivo desinvestimento na Escola Pública, a desvalorização da carreira docente, a degradação das condições de funcionamento das escolas e a incapacidade de responder aos problemas estruturais da educação criam as condições para justificar uma crescente transferência de responsabilidades para o setor privado. Fragilizar a Escola Pública é abrir caminho à sua privatização. É transformar um direito constitucional

num negócio e substituir uma lógica de igualdade de oportunidades por uma lógica de mercado.

É por isso que este é um momento de grande responsabilidade para todos os professores. A defesa da carreira docente é inseparável da defesa da Escola Pública. Só a unidade, a mobilização e a luta dos professores poderão travar este caminho e afirmar uma alternativa que valorize a profissão, reforce a escola pública e garanta uma educação de qualidade para todos. A história demonstra que nenhuma conquista foi oferecida. Também desta vez será a nossa determinação que fará a diferença. •



Quando o Estado perde capacidade, a escola pública paga o preço



José Feliciano Costa
Presidente SPGL

Quando o Governo aprovou a profunda reorganização do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, apresentou-a como um “virar de página”. Na realidade, deu início a uma das mais profundas operações de desmantelamento da Administração Educativa desde a criação do Ministério da Educação. Sob o discurso da modernização, da simplificação administrativa e da transformação digital, extinguiram-se organismos, fundiram-se serviços, eliminaram-se estruturas técnicas especializadas e enfraqueceu-se deliberadamente a capacidade operacional do Estado.

Esta reorganização não constituiu um mero exercício de engenharia administrativa. Traduziu uma opção política e ideológica bem definida. O Estado deixou de ser concebido como garante direto do direito constitucional à educação para passar a desempenhar, cada vez mais, um papel de regulador, transferindo competências para agências, entidades externas e operadores privados.

Trata-se de uma visão profundamente marcada pela lógica neoliberal que, há décadas, procura reduzir o papel do Estado, desvalorizar os serviços públicos e transformar direitos sociais em oportunidades de negócio. A educação deixa de ser encarada como um bem público, universal e emancipador para passar a ser tratada como um mercado onde diferentes operadores

competem pelo acesso ao financiamento público.

A FENPROF denunciou, desde o primeiro momento, que esta reforma representava muito mais do que uma simples alteração de organogramas. Alertou para o esvaziamento do Ministério, para a descaracterização das suas funções, para a transferência de responsabilidades para novas estruturas e para a crescente dependência de consultoras, empresas privadas e entidades externas na execução de funções que sempre integraram a missão da Administração Educativa.

A escola pública portuguesa não precisa de um Estado mais pequeno. Precisa de um Estado mais forte, mais competente e mais presente. Precisa de investimento nos seus profissionais, nas suas estruturas técnicas e na Administração Educativa. Porque defender a escola pública é, antes de mais, defender a capacidade do Estado para cumprir a sua missão constitucional. Enfraquecer essa capacidade é enfraquecer a própria escola pública.

O caos que marcou o processo de classificação dos exames nacionais de 2026 não surgiu por acaso, nem pode ser explicado apenas por uma pla-



taforma informática que falhou. Constitui a manifestação mais visível das consequências de uma opção política que desvalorizou o conhecimento técnico acumulado durante décadas, fragmentou responsabilidades, enfraqueceu estruturas experientes e substituiu a capacidade da Administração Pública por um modelo excessivamente dependente de soluções tecnológicas e de entidades externas.

Perante as dificuldades verificadas, em vez de assumir as responsabilidades políticas que lhe competiam, o Governo procurou deslocar o foco do debate para os professores.

Perante as dificuldades verificadas, em vez de assumir as responsabilidades políticas que lhe competiam, o Governo procurou deslocar o foco do debate para os professores. Mas os factos demonstram exatamente o contrário. Foram milhares de docentes classificadores que, com um extraordinário sentido de responsabilidade e profissionalismo, impediram que o sistema entrasse em rutura. Trabalharam durante noites e fins de semana, adaptaram-se sucessivamente a procedimentos alterados e suportaram uma pressão resultante de falhas organizativas e tecnológicas que lhes eram completamente alheias.

Infelizmente, os exames nacionais de 2026 vieram confirmar que não basta proclamar a modernização para modernizar. Sem investimento na Administração Pública, sem competência técnica, sem planeamento e sem respeito pelas estruturas que durante décadas garantiram o funcionamento do sistema educativo, a chamada modernização transforma-se apenas numa estratégia de fragilização do serviço público.

E quando se fragiliza deliberadamente o serviço público de educação, abre-se caminho a um modelo em que o Estado deixa de ser o principal garante do direito à educação para se limitar a financiar e regular um sistema cada vez mais dependente de interesses privados. É por isso que defender a Administração Educativa é, hoje, uma condição indispensável para defender a escola pública. •

Milhares de profissionais, jovens e suas famílias com a vida em suspenso: Fernando Alexandre e a pedagogia da culpa

As declarações do ministro da Educação, Fernando Alexandre, constituem um caso de estudo, uma vez que aos simpáticos louvores e pedidos de desculpa aos professores pelo trabalho feito, segue-se a exigência de trabalho missionário a quem trabalha nas escolas e tem tarefas na publicação de resultados. Nenhum trabalhador das escolas está obrigado, a não ser que seja expressamente convocado e nos termos legalmente previstos, a trabalhar à noite e ao fim de semana. Fernando Alexandre conseguiu um feito raro: transformar um processo nacional de exames, que deveria transmitir confiança e rigor, num exemplo de improvisação, desorganização e desconfiança.

É verdade que as notas dos exames do secundário lá acabaram por ser publicadas, apesar de haver milhares em situação “suspensa”. Contudo, importa salientar que tal só foi possível graças ao brio profissional, ao sentido de responsabilidade, à capacidade de sacrifício e à abnegação de milhares de classificadores, que, apesar de destratados e desrespeitados pela tutela, o conseguiram garantir. Mas isso não apaga o caos que marcou todo o processo.

Neste momento, a publicação, que teve como único objetivo o cumprimento de calendário, veio confirmar os avisos e receios de muitos: havia erros graves que não garantiam a fiabilidade e a confiança do processo, e as classificações nunca deveriam ter sido publicadas naquelas condições. Apagar um incêndio não significa que ele nunca tenha existido e, neste caso, é bem possível que a fase de rescaldo venha a ser marcada por graves reacendimentos. Um dos que já se identifica é o enorme número de notas suspensas, que,

**ESCOLA PÚBLICA
EM PERIGO!**



desde logo, coloca em causa a equidade e frustra as legítimas expectativas dos alunos e das suas famílias.

Num momento como este, esperar-se-ia de um ministro, antes de tudo, a plena e inequívoca assunção de responsabilidades e a consequente procura de soluções para o problema. Mas este, ao invés, preferiu distribuir culpas. Primeiro, os professores, acusados de resistirem à mudança. Depois, o Júri Nacional de Exames, por, alegadamente, fornecer informações erradas. Depois, novamente os professores, por não estarem disponíveis para classificar, quando, afinal, havia centenas de classificadores disponíveis, que apenas não conseguiram evitar os atrasos por não receberem os itens na plataforma. E nem os diretores escaparam, tratados como se bastasse um telefonema para os responsabilizar por resolver problemas criados pela própria tutela.

Ficaram, ainda, por explicar os milhões de euros anunciados para resolver a falta de professores e o pagamento das horas extraordinárias. Promessas não faltaram, mas quanto a esclarecimentos, esses ficaram pelo caminho.

A ironia é evidente: um ministro, alegando modernizar a Educação, acaba por protagonizar um dos processos de exames mais atribulados na História da Educação em Portugal. E, no final, procura convencer o país que todos falharam... exceto quem tinha o dever de garantir que o sistema funcionava!

Resta agora uma questão inevitável: depois de tantos erros, contradições e suspeições lançadas sobre as próprias estruturas do Ministério, que confiança podem alunos, famílias e escolas depositar neste processo? À medida que vão sendo publicados os resultados, constata-se que são milhares as notas suspensas e confirma-se o que mais se temia - o processo está inevitavelmente comprometido, faltando ainda conhecer a verdadeira dimensão dos problemas e suas consequências.

O Governo não pode fingir que nada aconteceu. Avançar para a segunda fase como se nada de errado tivesse ocorrido na primeira não é solução. Situações excecionais obrigam a soluções excecionais. Os alunos não podem ser cobaias de experimentalismos ministeriais. E o ministro não pode sair impune. •

Lisboa, 18 de julho de 2026

O Secretariado Nacional da FENPROF



Exames nacionais 2026

O caos nos Exames

António Avelãs | Paula Rodrigues | Dirigentes SPGL

Nesta data, 3 de junho de 2026, pese embora a “confiança” do ministro, ainda permanece a ameaça de o processo de exames nacionais se tornar um profundo (e preocupante) caos. Falhas graves no exame de Português do 12º ano, dificuldade de acesso dos professores classificadores às plataformas digitais, precipitadamente erigidas em novos métodos de avaliação e correção, confusão nas equipas escaladas para esses trabalhos, com o Ministério a responsabilizar os diretores de agrupamentos e estes a recusarem tal acusação... A dimensão real do caos instalado pode avaliar-se pela importância que jornais e rádios (e algumas televisões) vêm dando à situação. É desse profissional trabalho jornalístico que aqui reproduzimos algumas passagens

Dificuldades no acesso às Plataformas

Professores classificadores ainda não receberam exame de Português

“Atraso foi denunciado esta quarta-feira pela Fenprof, que sublinha o “momento particularmente exigente para o sistema educativo, com milhares de provas que têm de ser digitalizadas, distribuídas e classificadas dentro de prazos apertados”. (Correio da Manhã, 19 de junho)

Professores preocupados por não conseguirem aceder à plataforma de correcção

“O PÚBLICO tem recebido (...) informação de docentes de diferentes escolas que se dizem preocupados. “Sou professora do ensino secundário e estou aguardar a ‘chegada’ das provas para classificação. Provas que foram respondidas manualmente, com caligrafias muitas vezes difíceis de decifrar, a que este ano acresce o facto de esse trabalho ser feito em frente a um monitor, o que aumenta o esforço de leitura”, relatou uma docente”. (Público, 27 de junho)

Crise no uso da Plataforma

Professores admitem pedir escusa na avaliação digital

“Tem sido assim, de dez em dez minutos, em frente ao computador, a ver se a plataforma já funciona. Hoje [ontem] de manhã voltei a ter acesso!” Tem 36 respostas para classificar. Não tem informação se ainda lhe vão “chegar” mais respostas. “Não sei.” Mas alerta desde já: “Há uma folha de continuação que não aparece, percebo isso porque há uma resposta de um aluno que não acaba, a última frase está suspensa.” (Alberto Reis, professor em Seia, Público, 28 de junho)

“João Francisco Silva, professor de Português da Escola Secundária Braamcamp Freire, em Lisboa, continuava ontem sem conseguir aceder. Quatro dias de atraso. “Tenho estado com o portátil sempre ligado. É exasperante. Não vou para lado nenhum sem ele. Temos de entrar

com os nossos dados pessoais das Finanças. Insiro e aparece-me uma fotografia como pano de fundo, de jovens a escrever, e a frase ‘Não foi encontrado, redireccionar para o log-in’. Mas não vai para lado nenhum, não sai daqui.”(Público, 28 de junho)

Erros na constituição das equipas de avaliação

Professores preocupados por não conseguirem acesso à plataforma

(...)” O comunicado reporta ainda outro tipo de problemas: “Professores aposentados há mais de um ano foram convocados para classificar exames; professores de Geografia receberam convocatórias para classificar exames de Francês; professores foram convocados através de escolas onde já não leccionam, mas onde exerceram funções anteriormente, situação que poderá conduzir à classificação de provas dos seus próprios alunos”. (Público, 27 de junho).

Professora falecida chamada para corrigir exames nacionais

“Uma professora da Figueira da Foz, aposentada desde dezembro e entretanto já falecida, foi convocada para classificar exames de Física-Química. O caso é um dos vários episódios reportados no processo de correção das provas nacionais, que este ano decorre pela primeira vez em formato digital e que está a gerar críticas de professores, movimentos da escola pública e direções escolares.”(CNN Portugal 29 de junho)

O ministério responsabiliza as escolas por estes erros. Mas os diretores recusam responsabilidades

Diretores incomodados acusam o ministério de “lançar cortina de fumo sobre as escolas

”O ambiente devia ser de “serenidade”, mas um comunicado enviado no sábado à noite pelo Júri Nacional de Exames (JNE) e pelo Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação (Eduqa) gerou “revol-

(...)para Carlos Ceia, “há uma violação do princípio da confiança” em todo o processo e a pergunta deve ser anulada, porque, “objetivamente houve alunos que tiveram uma sorte que lhes deu uma vantagem”. (Diário de Notícias, 17 de junho)

A posição do ministério variou: começou por garantir que elaboração do exame foi anterior à publicação do livro; mas tal não era verdade. E obrigou a uma “auditoria”...

Para Fernando Alexandre, trata-se de “uma falha objetiva da equipa responsável pela elaboração do exame na verificação de questões/itens já disponibilizados por editoras”. (Diário de Notícias, 18 de junho)

Parecer sobre exame de Português gera revolta entre conselheiros do Eduqa

“Documento usado pelo Governo para defender exame do 12.º foi feito à revelia de conselheiros científicos”. (Público, 30 de junho)

As causas

Destruir será sinónimo de reformar?

“Há uma gramática própria neste Governo em matéria de educação: primeiro faz-se, depois prepara-se”. (...)

“Concentrar em dois organismos nascidos de fusões aquilo que estava distribuído por várias direções-gerais não é, por si, garantia de coerência; e a transição, que tem de estar concluída até 31 de dezembro de 2026, faz-se com um calendário que confunde velocidade com método” (...)

“O problema não é a intenção; é que a fusão de organismos, conduzida nestes moldes, não produz eficiência. O que verificamos é uma redução acentuada dos recursos humanos e o esvaziamento de funções que ninguém pensou em substituir. Juntam-se nomes num organograma,

perde-se gente pelo caminho, devolvem-se professores às escolas e as competências que essas pessoas detinham — muitas delas técnicas, acumuladas ao longo de anos — evaporam-se com elas”. (...)

“O segundo exemplo é a digitalização dos exames, que são um emblema do argumento faz-se primeiro, prepara-se depois. A decisão de digitalizar a correção — provas em papel, depois digitalizadas e classificadas online, pela primeira vez e em larga escala — foi tomada, apesar dos avisos. O resultado conhecemo-lo nestes dias: credenciais que não chegam aos classificadores, plataformas que pedem dados, mas não entregam itens para corrigir, um calendário “ajustado” à pressa e a garantia, sempre repetida, de que os prazos se cumprirão. Quando algo falha, a responsabilidade nunca cabe a quem decidiu dar uma passada maior do que a perna; cabe ao “sistema”, às “dificuldades técnicas”, a uma averiguação que há de vir. Pilotar a transformação digital de uma avaliação que decide o futuro de dezenas de milhares de jovens não é terreno para ensaios em direto, cheios de secretismo e dúvida”. (Excertos de texto de Isabel Flores, Público, 29 de junho)

Ministro reconhece que há erros e promete apurar responsabilidades

Ministro diz que prazos serão cumpridos, mas não convence professores

“O presidente do Educa comunicou ontem [terça-feira] que conseguia cumprir prazos”, prosseguiu (o ministro). “Eles são responsáveis pelo processo”, lembrou. “O que posso garantir é que prestarei contas sobre o rigor da avaliação das provas”, e se estiver em causa o rigor e a equidade da avaliação “serão feitos os ajustamentos que forem necessários”. Mas deixou um aviso: “Se houver alteração ao calendário dos exames, obviamente terá de haver responsabilidades.” E esta afirmação vale para todos: “No fim, a responsabilidade de cada entidade será avaliada, incluindo a do ministro”. (Público, 2 de julho) •



Greve Geral | 3 de junho de 2026



A luta derrotou o Pacote Laboral!



Jorge Gonçalves
Vice-Presidente SPGL

A luta derrotou as intenções do governo de, não só manter os aspectos negativos da actual legislação laboral, como ainda avançar com muitos outros que iriam piorar a situação dos trabalhadores. Estava em causa o aprofundamento do ataque à contratação colectiva, à liberdade sindical e ao direito à greve, a facilitação dos despedimentos, a generalização da precariedade, o banco de horas, a desregulação dos horários e o ataque à conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Os educadores e professores contribuíram para a derrota do Pacote Laboral, com a consciência de que não é indiferente estar num processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente com a ameaça de um quadro ainda mais gravoso. Recusaram, por isso, tendo em conta a especificidade da profissão, uma maior desregulação dos horários, ataques à liberdade sindical e o estabelecimento de serviços mínimos na educação, entre outros ataques.

Mesmo para quem tentou desviar as atenções e desvalorizar a luta, não há qualquer dúvida que foi a resistência dos trabalhadores, consistente e contínua ao longo de vários meses, que permitiu a derrota do Pacote Laboral. Foram as duas grandes greves gerais de 11 de dezembro e 3 de junho, a manifestação logo a 20 setembro, a marcha nacional de 8 de novembro, a manifestação a 13 de janeiro, com a entrega de mais de 190 mil assinaturas de rejeição do pacote, as manifestações nacionais de 28 de fevereiro e 17 de abril, a concentração frente à Assembleia da República,



em dia de discussão da proposta do governo, foram também os milhares de reuniões e plenários realizados e os milhares de ações e greves no setor privado e público, por todo o país, que determinaram a derrota do pacote laboral.

Fica também claro que é necessário dar seguimento à dinâmica da enorme luta contra o Pacote Laboral, com uma centralidade na necessidade de melhoria dos serviços públicos e das funções sociais do Estado. Assim como, na Escola Pública, debaixo de um ataque brutal, a luta terá também que continuar! •



Manifestação Nacional | 16 de maio 2026

Milhares de docentes em Lisboa reafirmam: ECD em revisão não pode ser em vão! Valorização, já!

Perto de 25 mil professores, educadores e investigadores vindos de todo o país - desde os Açores e da Madeira até Viseu, do Algarve a Bragança - e de todos os setores de ensino - da Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior -, do público e do privado desfilaram no dia 16 de maio, em Lisboa, desde o Cais do Sodré até à Praça dos Restauradores. Em causa, a exigência de valorização da profissão e da carreira docente e a defesa da Escola Pública, inclusiva, de qualidade e para todos. Na Praça dos Restauradores, os dois secretários-gerais da FENPROF, Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa, saudaram os milhares de professores e educadores presentes. José Feliciano Costa confirmou, também, a parti-

cipação dos docentes na Greve Geral convocada pela CGTP-IN para dia 3 de junho.

O Secretário-geral da CGTP-IN, Tiago Oliveira, acompanhou todo o percurso e, no final, saudou os professores e educadores presentes pela grande manifestação de força, convicção e empenho na luta promovida pela FENPROF e pelos seus sindicatos.

No encerramento da manifestação, ouviu-se, ainda, o testemunho de uma jovem professora, que sublinhou a importância de valorizar a carreira como forma de atrair e cativar os mais jovens para a profissão docente. •

Francisco Gonçalves
Intervenção do
Secretário-geral na
Manifestação Nacional
de Professores



José Feliciano Costa
Intervenção do
Secretário-geral na
Manifestação Nacional
de Professores



Protelar, protelar, protelar. Eis a estratégia do MECI na revisão do ECD!



António Anes
Vice-Presidente SPGL

Constata-se o que logo de início se temia. O MECI pretende prolongar a revisão do ECD empastelando o processo negocial com reuniões intencionalmente inoperacionais, repetitivas e pouco objetivas. Repetem-se conteúdos já abordados anteriormente, desprezam-se propostas mais significativas da FENPROF.

Senão vejamos. Durante este ano letivo já se realizaram 12 reuniões e ainda não se passou do tema 2 do protocolo de revisão. No entanto, é importante destacar que no objetivo central traçado pelo MECI em relação à revisão, no sentido de dismantelar o atual ECD, o ministério vai paulatinamente tentando a descaracterização da profissão docente e o fim da carreira de corpo especial (docentes).

Mas pensou mal o MECI julgando que os professores se manteriam eternamente adormecidos com a restituição gradual do tempo de serviço roubado. Em 16 de maio de 2026, 25000 educadores, professores e investigadores saíram à rua em defesa do atual ECD e da sua carreira docente consubstanciada num corpo especial da Administração Pública; exigem que a revisão do ECD valorize de facto os professores e não lhe retire direitos; reivindicam uma maior estabilidade e valorização profissional, num contexto de combate à falta de professores.

A profissão docente tem características próprias que não se podem diluir em qualquer outro referencial de competências da Administração Pública. Terá de ser valorizada quer ao nível das condições de traba-

lho quer ao nível da sua estrutura de carreira. Foi isso que os professores afirmaram na manifestação de 16 de maio. E não poderá ser com os descarados protelamentos, que o MECI teima impor no processo negocial. Trata-se de uma inoperância intencional, que serve os objetivos políticos e orçamentais do governo da AD, enquanto prolonga a degradação das condições de exercício da profissão docente. Urge avançar para estes temas na revisão do ECD, valorizar a profissão em todas as suas vertentes e dar um contributo significativo para acabar com o muito prolongado período de falta de professores.

Os professores deram um expressivo aviso e esperam outra atitude do MECI. Exigem a manutenção do atual ECD melhorado, mas não minado. Senão...•



A educação e a escola pública não podem viver de remendos



Paula Rodrigues
Dirigente SPGL

Portugal terminou mais um ano letivo sem resolver o problema estrutural e previsível da falta de professores, agravado por anos de desvalorização da educação e da profissão. A FENPROF estimou que, no final do segundo período de 2025/26, cerca de 40 mil alunos por semana não tinham pelo menos um dos docentes necessários.

No conjunto do ano foram lançados 22.042 horários em contratação de escola, num total de 407.372 horas letivas. Não são uma contagem oficial de alunos únicos, mas revelam a dificuldade das escolas em preencher vagas e assegurar o currículo.

As consequências variam entre ciclos. No pré-escolar e no 1.º ciclo, a ausência do titular pode interromper quase toda a atividade educativa. Distribuir crianças por outras salas aumenta o número de alunos por docente, prejudica o acompanhamento e agrava o desgaste. No 2.º ciclo, a falta de um professor pode afetar várias turmas e mais do que uma disciplina. No 3.º ciclo e no secundário, os mesmos grupos de recrutamento servem ambos os níveis, pelo que a carência deve ser analisada em conjunto.

Dos cerca de 122 mil docentes em exercício nas escolas públicas de Portugal continental em 2024/25, aproximadamente 46 mil deverão aposentar-se até 2034/35. Mesmo com menos alunos, será necessário recrutar cerca de 38 mil novos professores numa década. O 2.º ciclo precisará

de 6.407 novos docentes; o conjunto do 3.º ciclo e secundário, de 20.606.

A formação não acompanha estas necessidades. Em 2022/23, os cursos considerados no estudo oficial registaram 3.276 inscritos e apenas 2.141 diplomados. Nos mestrados para o 3.º ciclo e o ensino secundário, registaram-se 1.316 inscritos e 842 diplomados. A ocupação média era de 68% e a conclusão de 73%. Consideradas as taxas médias de ocupação e conclusão, por cada 100 vagas abertas formam-se cerca de 50 diplomados.

Não basta abrir cursos. É necessário fazê-lo nas regiões e nos grupos onde a procura é maior, reduzir desistências e garantir condições para que os diplomados aceitem colocações e permaneçam na profissão. Valorizar a entrada na profissão é indispensável, mas não pode ser feito à custa da desvalorização dos docentes que já nela permanecem.

As horas extraordinárias podem evitar uma falha imediata, mas transferem a escassez para quem já trabalha, aumentam a sobrecarga e aceleram o desgaste. A tutela reduz formalmente o número de horários por preencher, mas transfere o custo da carência para professores já sobrecarregados e para alunos que recebem menos acompanhamento.

De igual modo, não pode ser normalizado o recurso a licenciados sem habilitação profissional. Estes devem ter acesso gratuito a formação pedagógica, exigente, prática supervisionada, mentoria e redução de serviço, que deve ser pago.

A solução exige salários de entrada competitivos, estabilidade, horários completos, apoios à habitação e deslocação, menos burocracia, progressão previsível e valorização da carreira. Exige ainda dados públicos sobre vagas, candidatos, inscritos, desistentes, diplomados e novos professores colocados.

Professores não se improvisam em setembro. Formam-se e permanecem quando a profissão é respeitada. Continuar a gerir esta crise com horas extraordinárias, redistribuição de alunos e contratações excecionais não é resolver o problema: é adiá-lo à custa da escola pública, dos profissionais e dos alunos. •



Profissionalização

Docentes inscritos nos Mestrados em Ensino vinculados pelo Concurso Externo Extraordinário continuam sem condições para concluir a profissionalização.



Eduardo Jordão
Dirigente do SPGL

Até ao momento, o MECI não respondeu ao ofício enviado sobre esta matéria, mantendo-se sem solução a situação dos docentes que iniciarão a Prática de Ensino Supervisionada (PES) no próximo ano letivo. Estes professores, já vinculados aos quadros, terão de cumprir um horário letivo de 22 horas na escola de colocação e, simultaneamente, realizar a PES na escola definida pela Instituição de Ensino

Superior, onde exista professor cooperante e núcleo de estágio. A distância entre escolas e a elevada carga de trabalho tornam esta conciliação praticamente impossível. Num contexto de escassez de professores, é indispensável garantir condições que permitam concluir a profissionalização sem obrigar estes docentes a escolher entre manter o emprego ou terminar a formação. •

Pela equidade na monodocência

Cátia Domingues | Vice-Presidente SPGL

Catarina Teixeira | Dirigente SPGL

A luta pela equidade na monodocência é uma reivindicação antiga do SPGL e da FENPROF. Educadores de infância e professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) continuam sujeitos a condições de trabalho mais gravosas do que as dos restantes docentes, situação que se prolonga há décadas, sem qualquer justificação pedagógica, mantendo desigualdades inaceitáveis que importa corrigir.

Foi para exigir justiça e igualdade de tratamento que, no passado dia 15 de junho, mais de 2300 docentes participaram na Tribuna Pública promovida pela FENPROF, junto ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação. A forte adesão demonstrou que o descontentamento é profundo e que os docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º CEB exigem equidade nas condições de trabalho relativamente aos restantes setores, bem como respostas concretas no âmbito da revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

A FENPROF defende que este processo negocial deve pôr fim às desigualdades existentes, assegurando a fixação da componente letiva em 20 horas semanais, a aplicação das reduções previstas no artigo 79.º do ECD, nos termos propostos pela FENPROF, a redução da componente letiva pelo exercício de cargos e funções, a harmonização do calendário escolar com os restantes níveis de educação e ensino e a criação de um regime específico de aposentação, aos 36 anos de serviço, sem penalizações, em reconhecimento da elevada exigência da monodocência. Estas reivindicações não constituem privilégios, mas sim medidas de

equidade e de valorização profissional. Corrigir estas injustiças significa reconhecer a especificidade do exercício da monodocência e garantir condições de trabalho dignas para quem assegura as bases do percurso educativo das crianças. Melhorar as condições de trabalho destes docentes é também reforçar a qualidade da Escola Pública e garantir melhores condições para o desenvolvimento das aprendizagens.

Perante a ausência de respostas da tutela, a FENPROF continuará a intervir e a mobilizar os docentes para que a revisão do ECD não se limite a alterações, mas represente um verdadeiro compromisso com a eliminação das desigualdades existentes, valorizando a profissão docente e defendendo os direitos de quem exerce em monodocência.

A mobilização dos educadores e professores continuará a ser decisiva para alcançar estes objetivos. A FENPROF manterá a luta até que sejam garantidas soluções concretas que assegurem a equidade, a valorização da profissão docente e o reforço da Escola Pública! •



Revisão do Regime Jurídico da Educação Inclusiva: Proposta do MECI apresenta riscos



Depois de entregar em mão no MECI, juntamente com outras organizações, a FENPROF introduziu a sua posição na plataforma aberta para consulta pública relativa à revisão do Decreto-Lei n.º 54/2018 (Revisão do Regime Jurídico da Educação Inclusiva), considerando que, apesar de reconhecer problemas reais na aplicação do atual regime, a proposta do governo não responde aos principais constrangimentos das escolas e pretende introduzir alterações que levantam sérias preocupações.

Embora o MECI afirme que esta é uma revisão essencialmente operacional, a FENPROF considera que se trata de uma alteração profunda, com a criação de novas estruturas, a redefinição de responsabilidades e a possibilidade de externalização de respostas educativas, afastando recursos humanos especializados das escolas.

A FENPROF alerta, ainda, para a intenção de fazer entrar em vigor o novo regime já no ano letivo de 2026/2027, sem que estejam aprovados cerca de uma dezena de diplomas regulamentares e outros documentos indispensáveis à sua aplicação. Esta precipitação criará indefinição, desigualdade de práticas entre escolas e agravará a sobrecarga de trabalho dos profissionais.

Entre as principais preocupações destacadas pela FENPROF encontram-se:

- a entrada em vigor do diploma sem regulamentação essencial;
- o risco de externalização dos apoios, em vez do reforço dos recursos das escolas;
- a excessiva hierarquização das novas estruturas, potenciando mais burocracia;
- a indefinição quanto ao papel dos docentes de Educação Especial, cuja intervenção direta com os alunos poderá ser reduzida;
- o aumento das responsabilidades dos docentes sem redução da carga letiva nem melhoria das condições de trabalho;
- a ausência de medidas estruturais como a redução do número de alunos por turma e o reforço dos quadros de docentes, técnicos especializados e assistentes operacionais.

A FENPROF reafirma que uma escola verdadeiramente inclusiva exige investimento na Escola Pública e não apenas alterações legislativas. A inclusão concretiza-se com recursos humanos suficientes, equipas estáveis, condições de trabalho adequadas e respostas educativas desenvolvidas dentro das escolas.

Por estas razões, a FENPROF defende que o novo regime apenas produza efeitos no ano letivo de 2027/2028, após a aprovação de toda a regulamentação necessária, a formação dos profissionais e a criação das condições indispensáveis à sua implementação.

Uma última nota para assinalar que outra das insuficiências da proposta do ministério é o facto de não ir além dos 18 anos. Prevendo-se na proposta o prosseguimento de estudos após o término da escolaridade obrigatória, esta deverá ser oportunidade para definir regras a aplicar no ensino superior. •

[Ver aqui](#)



Revisão do regime jurídico da Educação Inclusiva:
Posição da FENPROF no âmbito de Consulta Pública



Questões e perigos anunciados de uma Inclusão excluída

Ana Cristina Gouveia | Dirigente SPGL

Jorge Humberto | Dirigente SPGL

O regime da educação inclusiva, consagrado no Decreto Lei n.º 54/2018, marcou uma viragem estrutural na forma como Portugal entende o direito à educação. Seis anos depois, o Governo coloca em auscultação pública uma proposta de alteração que, sem romper com o modelo conceptual existente, procura responder a fragilidades que a prática escolar tornou evidentes. A revisão não reescreve o paradigma; mas pretende clarificá-lo e tenta torná-lo exequível.

Promessa de clarificação normativa e vontade de operacionalizar a inclusão

A primeira mudança relevante surge no que concerne aos conceitos nucleares. Termos como acomodações curriculares, adaptações significativas, barreiras à aprendizagem ou necessidades de saúde especiais passam a ter definições mais precisas, reduzindo a variabilidade interpretativa

entre escolas. Esta clarificação é apresentada como essencial para garantir equidade.

Outro eixo estruturante é a criação do **Sistema Nacional de Apoio à Inclusão (SNAI)**, uma plataforma intersetorial que articula Educação, Saúde e Segurança Social. A proposta refere que muitas das dificuldades vividas pelas escolas não são estritamente pedagógicas, mas resultam da ausência de respostas articuladas entre serviços. O SNAI pretende assegurar continuidade desde o nascimento até ao final da escolaridade obrigatória, evitando ruturas nos percursos dos alunos.

No plano local, surgem as **Equipas Locais de Apoio à Inclusão (ELAI)**, responsáveis por coordenar intervenções e apoiar diretamente escolas e famílias. A estas equipas junta-se a figura do **Gestor de Apoio à Inclusão (GAI)**, que acompanha casos complexos, sob o fundamento de mais coerência e evitando a dispersão de responsabilidades.

A proposta introduz ainda o **Plano de Desenvolvimento Integral (PDI)**, documento único que substitui RTP, PEI e PIT. Esta simplificação administrativa responde a uma crítica recorrente: a duplicação de papéis que consumia tempo sem acrescentar qualidade ao acompanhamento. O PDI reforça a continuidade e permite uma leitura integrada do percurso do aluno.

A lógica de “**Escola Inteira**” é igualmente reafirmada. O apoio deve ocorrer prioritariamente na sala de aula, com recurso a práticas de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), subscrevendo interpretações que referiam os Centros de Apoio à Aprendizagem como espaços paralelos ou segregados.

Por fim, a revisão anuncia o reforço da participação das famílias, que passaria a ter direito de sinalização, intervenção no PDI e mecanismos de reapreciação das decisões escolares. Simultaneamente, anuncia a autonomia do docente titular para medidas universais, que não constituem novidades.

Resta agora saber se a implementação acompanhará a ambição normativa — porque a inclusão, para existir, precisa de lei, mas sobretudo de meios, tempo e compromisso coletivo.

Contributos para o debate: perigos e sinais de alerta.

Para já, são muitas as questões e perplexidades que emergem numa primeira leitura do documento, levantando alguns sinais de alerta que as práticas deste Governo justificam:

Carência de Recursos ignorada: Mantém o problema sistémico da falta de recursos, não assumindo esta barreira como essencial, deixando escapar o carácter economicista desta revisão, quando remete as respostas das escolas para os recursos existentes nas mesmas.

Estrutura paralela: Avança uma estrutura labiríntica paralela de duvidosa eficácia, retirando a autonomia das escolas e descentralizando as decisões e a ação do núcleo essencial do sistema educativo. Não refere de onde serão afetos recursos, ou seja, de onde vão ser retirados, nem em que medida as escolas ficam subalternizadas na sua decisão e autonomia técnica e financeira. Abre a porta ao investimento em entidades externas e à continuidade do desinvestimento na educação, em vez de integrar os serviços existentes, como CRI na própria escola.

Perigo de retrocesso: Ao abrir a porta a outras estruturas cria vasos comunicantes para o retrocesso apara o aumento da institucionalização de crianças, o que, a par da não existência de recursos na Escola Pública, cria a perceção que esta falha, justificando a entrada de outras organizações de carácter público-privado e sócio assistencial, que colidem com o contexto pedagógico natural da Inclusão.

Pais mantêm direitos: Apesar da retórica propagada de que os pais saem reforçados nos seus direitos e participação, não há nada no novo articulado de diferente do que já acontecia de articulação e acompanhamento.

Alunos sem respostas específicas: Invisibiliza ainda mais os alunos com dificuldades acentuadas, pela ausência de repostas específicas, deixando de referir Áreas Substitutivas e Unidades Especializadas. Centra as respostas na sala de aula, mas não prevê que isso deveria levar a um aumento de recursos, que hoje já não existem. Ao deixar ao critério de cada escola e dos recursos existentes, a criação de respostas, o MECI demite-se de investir e cria condições para o recurso a entidades externas. Erradamente procura confundir respostas específicas, com espaços segregados, numa

mistificação conceptual de finalidade óbvia.

Ataca a Educação Especial: Ignora e quase elimina a Educação Especial e a sua autonomia funcional, sem que fique definidas as suas funções, bem como quem são os alunos com necessidade de Educação Especial. Esta ausência de clarificação leva a que possam ficar sem respostas especializadas quem delas necessita, com perigo de retrocesso. Sem o reforço da Educação Especial não há inclusão, como se vê nos efeitos da atual lei.

EMAEI burocratizada: Mantém e agrava o carácter burocrático do sistema com acumulação de entidades externas e uma EMAEI que se sobrepõem às estruturas já existentes nos Agrupamentos, sem recursos próprios e focada na atribuição de medias, em vez de criar uma Equipa que efetivamente cuide da Inclusão nas escolas, que é muito mais do que uma resposta para alunos com dificuldades de aprendizagem. Mantém falta de clareza do que é a equipa variável, centrando em toda a EMEI decisões que devem ser tomadas pela equipa técnico pedagógica que trabalha e conhece os alunos.

Mais a figura do gestor: Introduce a figura de um Gestor de apoio à Inclusão que deveria acompanhar os mesmos alunos ao longo da escolaridade, o que é impraticável devido à dispersão geográfica e número de escolas de cada Agrupamento. Acrescenta mais uma figura no sistema, com risco de desviar a responsabilidade e a decisão, de quem verdadeiramente trabalha com os alunos.

Medidas prescritivas: Mantém um quadro de medidas prescritivas, organizadas por patamares e de uma categorização dos alunos por medida, focando a resposta no aluno e não na mudança da estrutura, que assim se perpetua. Aprofunda uma visão “médica individual” e não essencialmente pedagógica. Claramente não estamos a falar de aprofundar a Inclusão.

Burocracia na sinalização: A sinalização e aplicação de medidas mantém um carácter burocrático e com prazos irrealistas, concentrando os documentos anteriores num único (PDI), o que, por si só não representa desburocratização, como se vê pelo labirinto processual.

Em sala de aula com que recursos: A inclusão não é colocar os alunos em sala de aula de forma acrítica e sem recursos ou sem mudanças estru-

turais, mas sim dar a cada um aquilo que necessita com equidade e justiça, nomeadamente aos alunos com necessidade de respostas mais específicas.

Inclusão de nicho: Fecha o conceito de Inclusão a um nicho, o que à partida não se enquadra na própria definição da Inclusão, que deveria contaminar todo o sistema. Não resolve os problemas estruturais pedagógicos e de organização, uma vez que a inclusão necessita de práticas diferenciadas, metodologias ativas e flexibilidade curricular, em todas as dimensões educativas, documentos e ações desenvolvidas, não se tratando de uma resposta específica, mas de um princípio geral.

Inclusão Excluída: Falta a articulação com outros documentos, onde também existem medidas de promoção do sucesso e outros estruturantes do sistema, mantendo um documento que diz tornar a escola mais inclusiva, mas a fecha num cluster destinado a dificuldades de aprendizagem. Limita à partida uma visão abrangente de toda a população escolar em risco de exclusão, como as minorias, deixando intocável o essencial do sistema, para o qual não oferece qualificação.

Em resumo:

No essencial este documento acentua o caminho de uma Inclusão excluída, que muda algo para que tudo fique na mesma, sem investimento, centrando recursos em entidades externas e sem mudar o que efetivamente torna a Escola mais Inclusiva.

É uma alteração de cosmética e de semântica, acrescida do perigo de desqualificação das respostas, da sobrecarga das Escolas, e desvio de financiamento e do foco educativo para assistencial e médico-individual.

Não resolve o problema essencial da falta de recursos e centra a mudança numa alteração meramente organizativa, que nunca foi o problema, mas sim de má legislação e confusão concetual sobre Educação Inclusiva em particular e na sua operacionalização na Educação Portuguesa em geral. •



Encontro DEC(I)ÊNCIA

Ciência, Inovação e Sociedade, Só com o fim da precariedade



André Levy
Dirigente SPGL

No passado dia 15 de julho, numa iniciativa promovida pela FENPROF, pela ABIC e FNSTFPS, teve lugar uma concentração de docentes do ensino superior, investigadores e outros trabalhadores científicos, em frente ao Centro de Congressos de Lisboa, durante a realização do Encontro Ciência e Inovação 2026, coincidindo com a chegada do Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, e do Primeiro-ministro, Luís Montenegro, a quem uma delegação das organizações promotoras do protesto entregou o [manifesto reivindicativo](#).

O manifesto reclama a defesa da Ciência Pública, o fim da precariedade, mais investimento público e mais democracia interna nas instituições. A precariedade laboral é um dos problemas estruturais da ciência em Portugal, onde perduram as bolsas de investigação, os contratos a prazo e o recurso a falsos docentes convidados. O recém-aprovado Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC) tem alguns avanços (graças à luta persistente dos investigadores), mas carece de um financiamento para a integração na carreira.

O manifesto aponta também o subfinanciamento crónico do ensino superior e das unidades de investigação, reclamando que a sustentabilidade da Ciência exige um reforço orçamental, estável e previsível. A escassez, irregularidade, e atrasos no financiamento comprometem a qualidade e realização de projectos, e impossibilitam a estabilidade laboral dos seus profissionais.

O novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) continua a prever o modelo fundacional e a abertura às instituições privadas sem fins lucrativos (IPSFL), e não resolve os problemas de precariedade e erosão democrática. Pelo contrário, impede a participação democrática dos investigadores e docentes precários na democracia das instituições, ao mesmo tempo que aumenta o poder dos membros externos. A nova agência (AI2), criada sem a auscultação prévia da comunidade académica, virá instaurar lógicas de curto prazo com uma preferência demarcada pela ciência aplicada ao invés da ciência fundamental e das ciências sociais. •



2026/2027: a luta pelos docentes é para continuar!

Pedro Nunes | Dirigente SPGL

Tal como em anos anteriores, o ano letivo que agora termina fica marcado pelas dificuldades que o SPGL e a FENPROF enfrentaram nos setores privado e social.

Na negociação coletiva do ensino particular e cooperativo, mantêm-se como prioridades a recuperação do tempo de serviço da caducidade, a redução do horário no ensino artístico, o justo reposicionamento no ensino profissional e a valorização salarial para convergir com o ensino público. Ainda sem acordo para 2026, as negociações foram suspensas, aguardando-se o financiamento público do governo para o setor.

Nas IPSS, a negociação com a CNIS garantiu um aumento médio dos salários dos docentes de 2,94%. Já no setor das Misericórdias, embora tenham sido realizadas várias reuniões este ano com a UMP para a revisão do CCT, ainda não foi possível chegar a um entendimento global.

Contudo, nestes setores continua por alcançar o fim da discriminação salarial dos educadores de infância em creche face aos do pré-escolar. Esta continua a ser uma reivindicação da FENPROF desde 2006, pela qual não deixará de lutar.

No campo da ação e da luta sindical, este ano letivo ficou inevitavelmente associado à rejeição do pacote laboral do governo, o qual enfrentou uma enorme resistência por parte dos docentes, incluindo os dos setores privado e social, através de grandes manifestações e greves gerais.

Para 2026/2027, a ação reivindicativa continuará a focar-se na valorização da profissão docente no EPC, IPSS e Misericórdias, exigindo, simultaneamente, uma fiscalização rigorosa dos dinheiros públicos transferidos para estes setores, os quais não têm sido aplicados na melhoria das condições laborais, das carreiras e dos salários. •



Os 1320 minutos (29 tempos letivos) dos professores do Ensino Artístico Especializado privado

Rita Franco | Dirigente SPGL

Os professores do EAE vêm-se confrontados com a possibilidade de aumento do seu horário letivo semanal desde que, em 2015, o governo de Passos Coelho cortou substancialmente o valor de Contrato de Patrocínio. Esta inadmissível circunstância tem origem em dois pressu-

postos. O primeiro é puramente ideológico, assentando no conceito de hora/aula de 60 minutos, defendido pela associação patronal desde a década de 2010, onde são adicionados 10m a cada hora letiva, mais 220m aos 1100m praticados no ensino público, totalizando 1320m letivos! Teoricamente este acréscimo é deduzido à componente não letiva, mas na realidade essa redução não se pratica, representando sim, uma privação de 20% de salário mensal, traduzindo-se finalmente numa remuneração anual de pouco mais de 11 meses.

O segundo pressuposto desta possibilidade de aumento de 5 tempos letivos de 45m, tem origem no tal subfinanciamento estatal, que aqui é escandalosamente imputado ao bolso dos professores. Segundo os patrões, não sendo assim, as escolas fechariam portas. Tudo isto introduz desregulamentação e precariedade, culminando numa crónica ausência de fiscalização, onde o Estado se demite de uma das suas principais obrigações.

Os professores do EAE não toleram mais esta realidade de 29 tempos!

Exigimos o limite de 24 tempos letivos! •





Escola Azul

“É na participação em projetos que eles constroem o próprio conhecimento”

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues | Jornalistas

“As preocupações azuis na comunicação em ciência”, é o projeto que nos levou à Anselmo Andrade, em Almada, envolvendo alunos do 12º ano e, nomeadamente, a professora Élia Martins, que, neste quadro, participaram num congresso científico escolar, onde os estudantes apresentaram diversas comunicações. Mas não surge como uma iniciativa isolada. Antes se insere num trabalho sistemático que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos e se desdobra em múltiplas atividades.



“Trabalhamos com os nossos alunos aqui na escola, desde o 5º ano, e todos eles têm que fazer apresentações”, começou por referir Élia Martins. A capacidade de comunicação é uma preocupação permanente e transversal - “independentemente de ser um projeto ou de ser uma aula de ciências, é uma prática”. Que se cruza com uma outra, que é a capacidade de “transmitir aos colegas de outros níveis de ensino”.

Nesta iniciativa, que integrou a semana cultural, organizada anualmente pela escola, teve particular destaque o estudo das pradarias marinhas e a sua importância enquanto ecossistemas vitais para a saúde do oceano.

O que é o carbono azul? Foi esta uma das aprendizagens da Margarida e do

Rafael, alunos do 12º ano da escola, ao criarem as apresentações do congresso de comunicação em ciência.

Ambos descobriram a importância das pradarias marinhas, com as quais os subtemas das apresentações se relacionavam.

Este projeto trouxe ainda aprendizagens ao nível do desenvolvimento pessoal. Margarida salienta que “eu considero-me uma pessoa introvertida, mas acho que, quando tenho de fazer estes projetos, consigo libertar-me um bocadinho mais e expor-me um bocadinho mais. Tem que ser e então isto permite-me ser mais polivalente, digamos assim”.

Consideram este tipo de projetos “mais interessante que aulas expositivas”. E “permitem, também, comunicações interpessoais”, conclui o Rafael. •

[Texto completo](#) ➤



Sara Covas
Dirigente SPGL

a voz a quem entra

A trapalhada dos exames pôs em evidência as consequências do desmantelamento do Ministério da Educação. A propaganda vendida pelo Ministro nas diversas entrevistas, tem o seu contraditório na realidade que professores e, mais tarde (muito mais tarde) pais e alunos encontraram. Referiu o Ministro que este governo investia na formação de professores como nenhum outro e que estávamos preparados e sem falhas para a correção de exames. Tiago Castelhana avalia a resposta do Ministro em -3.

Sara Covas: O ministro referiu que os professores classificadores eram professores altamente qualificados para essa tarefa. Podes referir em que consiste essa “alta qualificação”?

Tiago Castelhana: Por acaso não vi essa declaração, mas só dizer que essa “alta qualificação”, não entendo muito bem porque, por exemplo eu dou aulas há três anos, já trabalhava noutra área, e tinha licenciatura, mestrado em economia, e fui fazer um mestrado, ou seja, o equivalente à profissionalização. Sou um professor profissionalizado. Contudo, no primeiro ano ainda estive a recibos verdes numa escola privada, e depois há dois anos é que passei para o público, sou neste momento já efetivo. Mas nunca me foi dado um tipo de formação específico para classificar exames. Portanto, quando o ministro disse alta qualificação, eu acho que está a mandar assim uma coisa para o ar, a tentar dar graxa no meio dos insultos que já nos fez e tentar dar algum tipo de elogio. Porque a alta qualificação só se for a profissionalização que temos. Porque não foi dada nenhum tipo de nenhum tipo de formação para quem classifica exames. Nem sequer este ano em que passou a ser digital! Ou seja, tu és escolhida para fazer a classificação, há apenas um manual de classificadores que é uma coisa muito resumida, mas não tens qualquer tipo de formação ou qualificação para isso. Até te posso dizer mais. Eu sou dos mais novos na minha escola, tenho lá professores de economia e professoras que dão aulas há vinte/ trinta anos e que não corrigiram exames. E portanto, se fosse por uma questão de qualificação ou experiência, não tínhamos professores acabados de chegar ao ensino a corrigir exames, e tivemos. Mesmo que seja uma tarefa que ninguém deseje, sabemos que temos de a cumprir com a máxima exigência. Falta termos os meios. •



Direitos ao Futuro

Diálogos e Transformações na Educação

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues | Jornalistas

As relações constroem a aprendizagem. Os ambientes moldam oportunidades. O cuidado sustenta o desenvolvimento pessoal e escutar as crianças transforma a escola. Esta a síntese apresentada na conclusão dos trabalhos do evento “Direitos ao Futuro – Diálogos e Transformações na Educação”. Uma iniciativa da UNICEF que decorreu, no passado dia 7 de maio, na Escola Secundária Padre António Vieira em Lisboa.

“Eu gosto de dizer que a democracia não começa aos 18 anos. A participação é também um ensaio para a sua presença numa sociedade. As coisas não acontecem por milagre aos 18 anos. As coisas acontecem porque investimos nelas, porque temos intencionalidade e porque de facto acreditamos que é possível fazer diferente”, afirmou Beatriz Imperatori, Diretora Executiva da UNICEF Portugal, na sessão de abertura do evento.

“Relações que transformam a escola”, foi o tema da intervenção de Américo Peças, pedagogo, professor e investigador em estudos da infância e pedagogia da infância.

O pedagogo deu particular realce aos “grandes desafios éticos que a nossa contemporaneidade reivindica”, salientando - a democracia e a organização democrática da vida escolar; o diálogo como condição de conhecimento; a cooperação como vivência incontornável; a assunção das crianças e dos adolescentes como cidadãos em potência absoluta. Destacou, ainda, o relatório da UNESCO 2021, onde se inscreve um novo contrato social para a educação, fundado nos direitos humanos.

Paradinha e Ribeira Grande foram os projetos apresentados no debate em torno de Criar Ambientes Onde Todas As Crianças Contam e Aprendem. Dois exemplos - muito diversos – de experiências em escolas que apostam de forma inequívoca na inclusão, inseridas em ambientes sociais particularmente complexos e diversificados. Duas histórias de confiança e resiliência.

No painel Saúde Mental: O Cuidado como Base de Ambientes Educativos Seguros algumas ideias se destacaram. A importância da prevenção, de desenvolver competências socioemocionais, de cuidar de quem cuida, do autocuidado, da participação e ser-se ouvido, de sentir-se seguro e do sentimento de pertença que aumenta motivação e saúde. Para finalizar, o painel Escutar para Incluir deu voz às crianças e à prática do projeto VOAR. Com a presença do artista e embaixador do projeto, Dino D’Santiago, duas crianças do Grupo Consultivo da Escola Básica Alice Vieira, Gabriel e Sendy, e um professor da Escola envolvido no projeto, Renato Cunha.

A concluir Gabriel apelou: “Eu só quero dizer a estas pessoas todas que nunca desistam dos seus sonhos”.

[Texto completo](#) 



Elisabete Zagalo
Dirigente SPGL

perguntas**com**resposta

PERGUNTA 1

Estão os docentes obrigados a pagar pelos formulários/documentos exigidos pela Direção para o exercício dos seus direitos e cumprimento dos deveres previstos no ECD e legislação subsidiária?

Não. Não existe fundamento legal conhecido que imponha tais pagamentos, sendo ilegítima a exigência de valores por documentos necessários ao cumprimento de obrigações profissionais.

PERGUNTA 2

Que tipos de situações têm dado origem a estas cobranças?

Designadamente, a justificação de faltas, alteração de férias, retorno ao serviço, obtenção de cópias de registos biográficos e emissão de certificados.

PERGUNTA 3

Existe alguma orientação da ex DGAE, ora AGSE que legitime esta prática?

Não. Foi apurado que não existem orientações dirigidas aos agrupamentos de escolas que imponham qualquer modelo ou sustentem tais cobranças.

PERGUNTA 4

Que diligência foi desencadeada pelo SPGL para esclarecer esta situação?

O SPGL apurou junto da ex DGAE, ora AGSE a inexistência de orientações que legitimem tais cobranças, que se traduz na inexistência do direito das Direções das Escolas e Agrupamento de Escolas.

PERGUNTA 5

Como devem os docentes agir quando lhes são exigidos e cobrados “emolumentos” desta natureza de forma indevida para cumprimento de obrigações profissionais?

Devem recusar a cobrança de valores não fundamentados legalmente, solicitar a indicação do ato administrativo que sustenta a mesma, e, na sua ausência, apresentar, por escrito, reclamação junto da direção do agrupamento, podendo ainda, se necessário, recorrer ao sindicato para acompanhamento e eventual impugnação, nomeadamente quando esteja em causa o exercício pleno de direitos como é o caso do retorno ao serviço ou a justificação de ausência ao abrigo do artigo 102.º do ECD. •



I Série

Portaria n.º 204/2026/1

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 150/2023, de 5 de junho, alterando o valor do apoio financeiro a conceder a alunos das escolas particulares de educação especial.

Decreto-Lei n.º 109/2026

Transpõe a Diretiva (UE) 2023/2668, relativa à proteção dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho, e altera o Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho.

Portaria n.º 285-A/2026/1

Fixa as vagas destinadas aos concursos interno e externo para seleção e recrutamento de pessoal docente do ensino artístico especializado da música e da dança dos estabelecimentos públicos de ensino, para o ano letivo 2026-2027.

Decreto-Lei n.º 138/2026

Estabelece a obrigatoriedade de certificação prévia dos sistemas de informação destinados a utilização em contexto escolar e pedagógico de ensino não superior público, privado e cooperativo.

II Série

Recomendação n.º 2/2026

A indução de professores.

Despacho n.º 5546/2026

Procede à primeira alteração ao Despacho n.º 4745-B/2026, de 10 de abril, que estabelece as regras para o planeamento e concertação das redes de ofertas profissionalizantes, definindo competências, procedimentos e critérios para a organização da oferta formativa.

Parecer n.º 3/2026

Divulga-se o parecer sobre a revisão do Regime Jurídico de Graus e Diplomas do Ensino Superior (RJGDES).

Recomendação n.º 3/2026

O ensino da música no sistema educativo português: ensino geral, ensino artístico especializado e ensino profissional.

Recomendação n.º 4/2026

Divulga-se a recomendação Integração da Inteligência Artificial no sistema educativo português.

Deliberação n.º 658/2026

Atribuição de competências em matéria de educação e de saúde.

Recomendação n.º 5/2026

Divulga a recomendação «Inclusão de alunos migrantes e o papel da disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM)».

Recomendação n.º 7/2026

Divulga a recomendação «Para um currículo dos primeiros seis anos de escolaridade».

Despacho n.º 7786/2026

Atualiza os valores dos subsídios anuais por turma, por curso, a atribuir aos cursos profissionais ministrados nas escolas profissionais privadas, e procede à revisão dos respetivos escalões de financiamento.

Recomendação n.º 8/2026

Divulga a recomendação «Transferência de competências em educação para os municípios».

Despacho n.º 8110/2026

Prorrogação de autorização de funcionamento dos Centros Qualifica estabelecida no Despacho n.º 2403/2023, de 17 de fevereiro.

Despacho n.º 8285/2026

Estabelece as normas de funcionamento do Desporto Escolar para o ciclo de implementação 2026-2028, no âmbito da Estratégia Nacional para o Desporto Escolar 2026-2036.

Portaria n.º 287-A/2026/2

Fixa a dotação das vagas dos quadros das escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação, Ciência e Inovação e dos respetivos polos, para o efeito dos concursos interno e externo de seleção e de recrutamento do pessoal docente, para o ano escolar de 2026-2027.

Despacho n.º 8548-A/2026

Procede à alteração do Despacho n.º 14616-A/2025, de 9 de dezembro, que aprova o calendário, para o ano letivo de 2025-2026, das provas de Monitorização da Aprendizagem, das provas finais do ensino básico, das provas de equivalência à frequência do ensino básico, dos exames finais nacionais do ensino secundário e das provas de equivalência à frequência do ensino secundário.

Despacho n.º 8548-B/2026

Procede à alteração dos quadros I e II do anexo do Despacho Normativo n.º 3/2026, de 23 de fevereiro, que aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para os anos letivos de 2025-2026 a 2027-2028. ●



Lídia Bôto
Advogada SPGL

A polémica dos exames nacionais mostra que a digitalização da escola pública pode transformar-se num instrumento de controlo se não respeitar limites legais e direitos dos docentes

A chamada modernização do MECI tem vindo a traduzir-se numa proliferação de plataformas digitais que intervêm em várias dimensões da vida escolar: gestão de recursos humanos, sumários, avaliação, inscrição e correção de exames, reapreciações e outros procedimentos administrativos. O problema não está na existência destas ferramentas em si. Está, sim, na forma como elas se multiplicam, muitas vezes, recolhem informação sobre os professores e alunos sem que estes conheçam de modo claro os objetivos finais dessa recolha, o destino dos dados ou o modo como poderão ser utilizados.

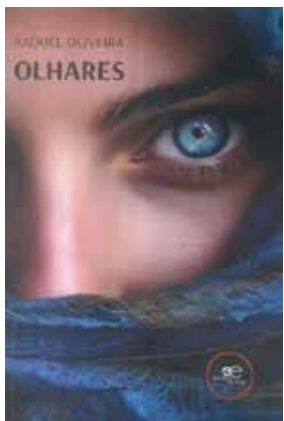
O caso da plataforma dos exames é particularmente revelador. A polémica recente não deve ser lida apenas como uma falha técnica ou organizativa, mas como um sintoma de um modelo de gestão em que o tratamento da informação se vai autonomizando da tutela dos direitos de quem trabalha na escola pública. Quando se mede tempo de correção por item, quando se cruzam dados sobre desempenho e produtividade, quando se transferem direitos e deveres para sistemas digitais cuja arquitetura e gestão nem sempre são transparentes, levanta-se uma questão essencial: até que ponto os docentes sabem o que está a ser feito com os seus dados e para que fins concretos?

Do ponto de vista jurídico, não basta afirmar que a plataforma é necessária ou que serve a eficiência do serviço. A recolha e tratamento de dados pessoais exige base legal, finalidade determinada, proporcionalidade e informação completa aos titulares. Se a administração recolhe dados sem explicitar de forma inteligível os objetivos finais da sua utilização, então não está apenas a digitalizar procedimentos; está a fragilizar garantias fundamentais. E quando essa recolha incide sobre o exercício profissional, a questão deixa de ser meramente administrativa e passa a ter dimensão laboral e sindical.

Na verdade, o risco maior não é apenas o de excesso de burocracia digital. É o de uma transferência gradual de poder para plataformas que passam a estruturar a relação entre o Estado e os trabalhadores, sem debate sério e sem participação efetiva, neste caso dos docentes envolvidos. O docente deixa de ser um sujeito com autonomia técnica e passa a ser um utilizador monitorizado, inscrito num circuito de dados cuja finalidade última nem sempre é clara. Essa lógica é especialmente preocupante quando se trata de avaliação, correção ou classificação, domínios em que a complexidade do trabalho não pode ser reduzida a métricas automáticas ou a indicadores descontextualizados.

A polémica dos exames nacionais, neste sentido, é mais do que um episódio conjuntural: é um exemplo concreto de uma tendência mais ampla de modernização administrativa que avança mais depressa do que a reflexão sobre os seus limites. Não se pretende rejeitar a tecnologia, mas exigir que ela respeite direitos, transparência e controlo democrático. A escola pública não pode ser governada por sistemas opacos nem os docentes podem ser tratados como simples objetos de recolha de dados. Modernizar, sim. Recolha de dados e de informações sem respeito pelos direitos individuais, não. •

Projeto “O meu livro quer outro livro”



Realizámos, no dia 6 de maio, uma sessão do projeto “O Meu Livro Quer Outro Livro” onde se fez a apresentação do romance “**olhares**” por **Fernando Sequeira** e a presença da autora, **Raquel Oliveira**.

A sessão iniciou-se com uma introdução musical (clássica) pelo violinista Daniel Bolito, concertino e solista da orquestra de Oeiras / Cascais e continuou com a apresentação da autora Professora aposentada de Educação Física que durante todo o seu percurso profissional sempre escreveu e, quando se reformou, cresceu o tempo livre e a vontade de contar as coisas que via, vivia, sentia ou imaginava e este livro é o resultado.



Em 11 de junho apresentámos o livro “**Anos de Brasa - Contos e Outros Escritos**” com a presença do autor **Luis Farinha** e de **Helena Roseta** e a apresentação de **Almerinda Bento** que referiram a importância desta obra no retrato da sociedade portuguesa no período do 25 de Abril, assim como no que o antecedeu e nos anos seguintes. Dá-nos a perspetiva da complexidade desse período único que a nossa geração viveu e protagonizou e

representa um testemunho num tempo de recuo nos direitos que estamos atualmente a viver, lembrando-nos que os direitos conquistados têm de ser preservados pois a sua existência não é um dado adquirido.



Viagem cultural ao Tacão da Bota – Sul de Itália

De 29 de maio a 4 de junho realizámos uma **viagem cultural ao Tacão da Bota** - A verdadeira alma do sul de Itália, onde reside a sua autenticidade crua, marcada pela forte herança mediterrânica. É um mosaico de contrastes: o caos vibrante e a história milenar de Nápoles, as vilas piscatórias da Costa Amalfitana e a ruralidade mágica da Puglia. Viajar por esta região é mergulhar num estilo de vida onde a tradição, a hospitalidade calorosa e a gastronomia são elevadas a arte. Os principais tesouros que compõem a sua essência incluem Nápoles, famosa pelo seu centro histórico, Matera, famosa pelos Sassi (habitações esculpidas na rocha), um dos locais habitados mais antigos do mundo, Alberobello que, com os seus trulli (casas cónicas de pedra), é um marco arquitetónico único, enquanto Lecce oferece uma das mais belas exposições de arquitetura barroca.



Projeto “Memórias e Conversas” Homenagem a Leonoreta Leitão

Realizámos no dia 23 de junho uma sessão em que estiveram presentes **Paulo Sucena, o Presidente da APE José M. Mendes e José Costa, Presidente do SPGL** que celebraram a **colega aposentada Constança Leonoreta Leitão** presente na sessão que a todos a todos agradeceu.

Nasceu em Leiria, em 1929, num meio social privilegiado. Seria seu padrinho o poeta Afonso Lopes Vieira. Professora antifascista, com atividade política e sindical iniciada durante a Ditadura do Estado Novo, tem um percurso profissional e ideológico longe da vulgaridade. Com papel relevante como educadora e, desde cedo, com a noção da importância da educação literária na formação de crianças e jovens, fez parte de um núcleo de intelectuais que, na segunda metade do século XX, contribuíram para formar cidadãos cultos, procurando colocar no centro dessa forma-

ção a criação artística e o livro. Desde sempre empenhada na dignificação da profissão docente, fez parte dos “grupos de estudo” organizados por professores antes de 1974 e que constituíram o embrião dos sindicatos de professores, após 25 de Abril de 1974.

Depois da Revolução de Abril, Leonoreta Leitão teve grande atividade política, profissional e cívica. Impulsionou o Movimento de Educadores para a Paz, no qual iria participar sempre. Viveu intensamente algumas experiências docentes, das quais ela destaca memórias da Escola António Arroio e participou nas ações sindicais do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.



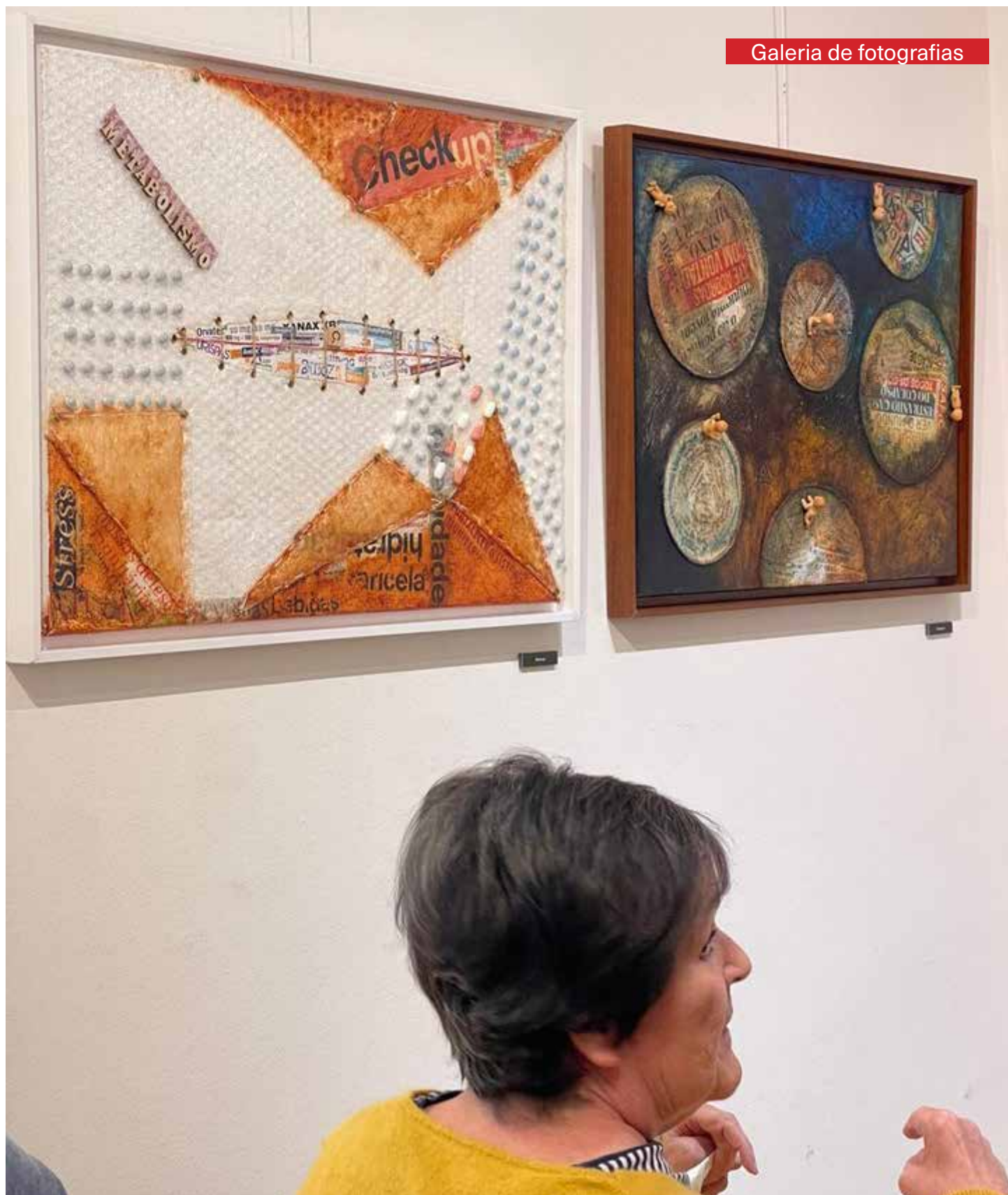
Debate: **“Da perda de poder de compra à necessidade de o recuperar”**

No dia **20 de maio**, realizámos um debate com o tema **“Da perda de poder de compra à necessidade de o recuperar”**, e que contou com a intervenção de Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF entre 2007 e 2025, com o objetivo de preparar a **4.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da FENPROF**, que se realizará a **24 de novembro de 2026** com o lema **“Cumprir a Constituição – Unir Forças – Dignificar a Aposentação”**.

Os educadores e os professores, após longos e laboriosos anos de serviço ao país, têm direito a uma vida digna, de que a defesa do seu poder de compra é pilar inquestionável. Num momento em que a elevada inflação ameaça o nível de vida dos aposentados e dos trabalhadores, este debate, também necessário para reivindicar a alteração da legislação para cálculo do valor das pensões, reveste-se de particular importância tanto para os aposentados como para os docentes no ativo.

Pode assistir à gravação deste debate em:

<https://www.fenprof.pt/3-o-debate-preparatorio-da-4-a-conferencia-nacional-de-docentes-aposentados-da-fenprof>



Exposição de Ana Margarida Ferraz
"Levar o poema a passear"



LEITURAS

Gaza está em toda a parte

Alexandra Lucas Coelho
Caminho

“Quem vai justificar isto para as novas gerações pelo mundo? Quem lhes explica porque é que a Europa não trava esta matança?”. Esta a pergunta sempre presente no livro de Alexandra Lucas Coelho e que reúne reportagens, crónicas, alguns textos nunca publicados e 148 fotografias a cores, quase todas inéditas. Entre uma última ida a

Gaza, antes de 7 de outubro de 2023, e março de 2025.

Um trabalho perpassado por uma profunda emoção. Marca de quem conhece – de forma direta e vivida - a realidade palestina, as pessoas, os lugares, os factos. Com uma certeza: “Em todo o território do Jordão ao Mediterrâneo não haverá liberdade, nem para israelitas nem para palestinos, sem justiça”.

Os relatórios e testemunhos das mais diversas organizações e observadores internacionais – que a autora cita - confluem numa denúncia arrasadora. E alinham sucessivos “recordes”: de crianças mortas, de médicos e trabalhadores humanitários mortos, de detidos arbitrariamente; quase 100% da população deslocada; destruição da grande maioria das casas, escolas, hospitais, mesquitas, património; fome e epidemias em massa; ausência de eletricidade e água; muitas dezenas de milhares de mortos, milhares de desaparecidos, centenas de valas comuns.

Há também uma nota de esperança.

A resistência palestina, a afirmação da vida, como na noite do anúncio de um cessar-fogo precário e incumprido. Uma lição para todos nós, “pela alegria que é a pausa da morte. Pelo que é agarrarem-se à vida, mais uma vez, com o que ainda têm e são”.

A solidariedade internacional. Solidariedade que se expressa na rua. “O fosso entre rua e líderes é cada vez maior, no Ocidente/Norte como no mundo árabe”.

Ou as limitadas e difíceis formas de protesto em Israel. “Nunca foi tão difícil ser objeto. Do Norte do país ao Vale do Jordão, ativistas, rabinos e organizações que protegem palestinos são uma minoria cada vez mais atacada”.

Sempre presente, o apelo a que não se ignore o genocídio, o crime que se concretiza em cada dia. Na noite de 17 para 18 de março de 2025, Israel bombardeou Gaza, acabando com o cessar-fogo. Nesse mesmo mês, dia 24, Israel assassinou mais dois jornalistas. Um deles, o jovem repórter Hossam, deixou uma mensagem: “Não deixem o mundo olhar para o lado. Continuem a lutar, continuem a contar as nossas histórias – até a Palestina ser livre”. ●

Lígia Calapez



ficha técnica

Diretor José Feliciano Costa | **Chefe de Redação** Manuel Guerra | **Conselho de Redação** Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Pedro Nunes, André Levy, António Avelãs, Sara Covas | **Composição** Fátima Caria | **Jornalistas** Lígia Calapez, Sofia Vilarigues | **Paginação e Grafismo** Dora Petinha | **Capa**: D.I.P. | **Fotografia** Joana Rodrigues/ Pedro Pereira | **Revisão** Lígia Calapez | **Edição e Propriedade** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa | **NIPC** 501057528 | **Periodicidade** Mensal | **Depósito legal** 9157/85 | **ICS** 109893

A luta pela valorização da profissão e da Escola Pública prossegue em 2026/2027



SPGL

Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
membro da FENPROF

Sede

Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
spgl@spgl.pt
Direção: spgl@spgl.pt
www.spgl.pt

Direção Regional de Lisboa

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3.º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
dr@lisboa.spgl.pt

Direção Regional do Oeste

Caldas da Rainha
Av. Eng.º Luís Paiva e Sousa,
4 B 2500-329
Caldas da Rainha
Tel: 262841065

Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt

Torres Vedras

Bº Vila Morena, Ed. Sol
Jardim, Lj 3 - 2.º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634
Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S.
Domingos, 3º B 2200-397
Abrantes

Tel: 241365170
Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
Santarém
Rua Vasco da Gama,
16 J - 1.º Esq. 2000-232
Santarém
Tel: 243305790
Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
Tomar
Av. Ângela Tamagnini,
n.º 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196
Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

Torres Novas

R. Padre Diamantino
Martins, lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734
Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca,
5 - 2.º 2900-218 Setúbal
Tel: 265228778
Fax: 265525935
setubal@spgl.pt

Barreiro

Praceta João Azevedo n.º 2,
Loja E
2830-527 Barreiro
Telef: 212 064 036
Tel: 91 050 93 98
barreiro@spgl.pt

Almada

R. D. Álvaro Abranches da
Câmara, n.º 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813
Fax: 212722865
almada@spgl.pt

www.spgl.pt

